

SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

CNPJ/MF Nº 62.063.177/0001-94 - NIRE 35300019539 - Companhia Aberta
DAS ASSOCIADAS SISTEMAS INFORMAÇÕES

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA REALIZADAS EM 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2011 (dois mil e onze), as 10:00 (dez horas) na sede social da Sociedade localizada na Cidade de Pólo, Estado de São Paulo, na Avenida Brasil, nº 78 - loja e salas 8 a 10 Centro. **PRESENÇA:** (i) Presentes os acionistas detentores da totalidade do capital social da Sociedade; e (ii) Representante da auditoria externa independente Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes (CR/CPC/011699/O-8). **AVISO DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação do edital de convocação conforme facultado o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. João Inácio Puga - Presidente da Mesa, Sr. Alberto Corsetti - Secretário, DOCUMENTOS LIDOS E ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL: 1) Relatório da Administração e Balanços Patrimoniais encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2010 e demais peças das Demonstrações Contábeis, documentos esses publicados no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições de 28 de agosto de 2010 e 25 de março de 2011 e no DCI - Diário Comércio, Indústria & Serviços, nas edições de 27 de agosto de 2010 e 25 de março de 2011, respectivamente; 2) Proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, ambos dessa data. **ORDEN DO DIA:** I - Em Assembleia Geral Extraordinária: 1) aprovar o aumento do capital social da Sociedade, de R\$584.793.780,00 (trezentos e sessenta e quatro mil milhões, setecentos e noventa e três mil e setecentos e oitenta reais) para R\$584.204.922,48 (trezentos e oitenta e quatro mil milhões, duzentos e quatro mil e setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos), em decorrência da capitalização de reserva de capital, sem a emissão de novas ações 2) aprovar a reformulação do "Capítulo VI - Do Exercício Social e da Distribuição de Lucros" do Estatuto Social da Sociedade, a fim de prever a possibilidade de constituir "Reserva Especial" ("Reserva"), nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações; e 3) condicionado à aprovação dos itens "1" e "2" das deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária acima, aprovar a alteração e consolidação do Estatuto Social da Sociedade. II - Em Assembleia Geral Ordinária: 1) examinar e aprovar as contas dos Administradores e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; 2) destinar o lucro líquido do exercício social de 2010; 3) ratificar o pagamento de dividendos aos acionistas, por conta de lucros anteriores ao exercício social de 2010; 4) reeleger os membros do Conselho de Administração da Sociedade e 5) fixar o montante global da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Sociedade. **DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS:** Com a palavra o Presidente da Sociedade, constatando ter sido cumprido todos os preceitos legais, deu inicio aos trabalhos: I - Em Assembleia Geral Extraordinária: 1- Considerando haver excesso de reservas, de acordo com o disposto no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações; I) APROVADO o aumento do capital social da Sociedade de R\$654.753.780,00 (trezentos e sessenta e quatro mil milhões, setecentos e noventa e três mil e setecentos e oitenta reais) para R\$584.204.922,48 (trezentos e oitenta e quatro mil milhões, duzentos e quatro mil e setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos) mediante a incorporação da "Reserva de Capital para Incentivos Fiscais" no valor de R\$19.411.142,48 (dezenove milhões, quarenta e oito mil, cento e quarenta e oito centavos). O aumento de capital ora aprovado é realizado sem modificação no número de ações de emissão da Sociedade, nos termos do artigo 169, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em virtude de referido aumento de capital o "Capítulo V" do Estatuto Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO V - O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado é de R\$584.204.922,48 (trezentos e oitenta e quatro mil milhões, duzentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), dividido em 143.790.014 (cento e quarenta e três milhão, setecentos e noventa e nove mil e quatorze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal". PARÁGRAFO 1º A Sociedade poderá aumentar o capital social mediante subscrição particular de ações por deliberação da Assembleia Geral, a qual competirá fixar as condições da aludida subscrição observadas as prescrições legais e regulamentares aplicáveis. PARÁGRAFO 2º A cada ação, que é individual perante a Sociedade, corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. PARÁGRAFO 4º Os títulos múltiplos ou certificados das ações, quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) Diretores. CAPÍTULO III - Da Administração Social-ARTIGO 6º: A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo o primeiro órgão de deliberação colegiada e, o segundo, de representação legal da Sociedade, ambos com poderes e atribuições definidos neste Estatuto e na Lei das Sociedades por Ações. ARTIGO 7º: O Conselho de Administração compor-se-á de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 07 (sete) membros, necessariamente acionistas da Sociedade residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. PARÁGRAFO ÚNICO: Dentro os membros eleitos do Conselho de Administração, será designado pela própria Assembleia Geral que se elege um Presidente. ARTIGO 8º: O Conselho de Administração reunir-se-á no dia social ou em qualquer dia das demais dependências da Sociedade, mediante convocação de seu Presidente, a quem competirá igualmente instalar e presidir suas reuniões. PARÁGRAFO 1º Caso se verifique, em decorrência de ausência temporária ou impedimento temporário, a redução do número de Conselheiros em condições de presença e participação pessoal nas deliberações colegiadas a número inferior a 03 (três), deixarão essas de efetivar-se até que cessar tal situação, sendo que, caso se prolonguem fases atípicas de forma incompatível com as conveniências ou necessidades sociais, caberá à Assembleia Geral, por iniciativa do Presidente ou de qualquer dos demais membros do Conselho de Administração, proceder à recomposição do colegiado, observadas as determinações legais e as constantes do presente Estatuto Social. PARÁGRAFO 2º No caso de vager-se, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração, a Presidência será exercida pelo membro do mesmo Conselho que para tanto for indicado por seus pares sujeita a indicação a anterior referendo pela Assembleia Geral. PARÁGRAFO 3º No caso de tornar-se vago qualquer dos cargos de Conselheiro, só será obrigatória a eleição do substituto, se necessária para completar o número mínimo de 03 (três) membros do Conselho de Administração, sendo facultativa nos demais casos; o substituto será eleito pela Assembleia Geral e exercerá o mandato pelo prazo correspondente ao restante do mandato do substituído. ARTIGO 9º: Compete ao Conselho de Administração: a) estabelecer as normas de orientação geral dos negócios e atividades sociais; b) eleger e destituir os Diretores, e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispõe este Estatuto; c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros, papéis e documentos da Sociedade, solicitar as informações que requer necessárias sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; d) convocar a Assembleia Geral; e) autorizar, mediante deliberação específica, a alienação ou oneração de bens imóveis e participações societárias de caráter permanente; f) manter-se sobre o relatório da Administração e contas da Diretoria; g) escolher e destituir os auditores independentes; h) declarar dividendos intermediários; i) declarar dividendos intermedios, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucro existentes nos balanços anuais ou semestrais; j) deliberar sobre a negociação das propriedades pela Sociedade, nos casos permitidos por lei; l) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, nos termos do § 9º do Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações, fixando todas as características e condições e, quando assim delegado pela assembleia geral, observados os limites legais, deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o uso das debêntures a serem emitidas, a época, as condições de pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; l) autorizar a emissão de notas promissórias para distribuição pública, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão; m) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e legislação aplicável. PARÁGRAFO 1º: O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, instalando-se as reuniões com a presença de, no mínimo, metade do número total de seus membros eleitos, sendo as decisões tomadas por maioria de votos, cabendo a cada Conselheiro direta a um voto. Em caso de empate, caberá ao Presidente, ou ao seu substituto, se for o caso, o direito de proferir outro voto, de desempate. PARÁGRAFO 2º: Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas nos termos da legislação aplicável as atas de reunião do Conselho de Administração que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. ARTIGO 10: Os membros do Conselho de Administração, bem como os da Diretoria, serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do órgão de que se tratar, após terem sido aprovados pelo Banco Central do Brasil as respectivas eleições. PARÁGRAFO 1º: No caso de reeleição de membro do Conselho de Administração ou membro da Diretoria, a investidura dar-se-á no próprio concláve que o reelegir. PARÁGRAFO 2º: Vencido o prazo de seu mandato os Conselheiros e os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eleitos próprios reeleitos. PARÁGRAFO 3º: Ficam os Administradores eleitos dispensados da prestação de caução ou outra garantia, para o exercício de seus mandatos. ARTIGO 11: A Diretoria compor-se-á a um número de 03 (três) e um máximo de 14 (quatorze) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos e bem assim, destituídos de seus cargos, a qualquer tempo, por deliberação do mesmo Conselho. PARÁGRAFO 1º: Os Diretores terão as seguintes designações, assim divididos quantitativamente: mínimo de 2 (dois) e máximo de 8 (oito) Diretores Executivos, mínimo de 1 (um) e máximo de 6 (seis) Diretores Administrativos. Caberá ao Conselho de Administração que elegere, a Diretoria atribuir as funções de Relações com Investidores, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários, a um Diretor Executivo. PARÁGRAFO 2º: A definição das atribuições dos Diretores competirá ao Conselho de Administração, observado o que a respeito dispõe o Estatuto Social. ARTIGO 12: Na ausência ou impedimento eventual de qualquer dos Diretores, competirá à Diretoria indicar, dentre seus membros, um substituto, o qual exercerá internamente o cargo até que cessem os motivos determinantes da substituição. PARÁGRAFO 1º: No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, por escrito, designar um terceiro Diretor para representá-lo nas reuniões da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita à Diretoria, que deverá constar claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será a exequida a ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o diretor poderá, com base na pausa dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, pelo meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico entregue a Diretoria. PARÁGRAFO 2º: Ocorrendo vaga nos cargos da Diretoria, compete ao Conselho de Administração o preenchimento da vaga, exercendo, neste caso, o substituído que fôr, suas funções, até o término do mandato do substituído, quando deverá ser eleito novo Diretor, em caráter temporário. ARTIGO 13: A Diretoria terá os necessários poderes para assegurar o funcionamento normal da Sociedade, competindo-lhe: (i) exercer, em conjunto ou individualmente, as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração; (ii) exercer a representação legal da Sociedade em juiz ou fora dele; (iii) alienar e onerar bens do ativo permanente, bem como preservar quaisquer garantias em operações compreendidas das objecções sociais; e (iv) elaborar os relatórios e contas da administração, submetendo-as à apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei. PARÁGRAFO 1º: Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade, ou exonerarem terceiros de responsabilidade, deverão ser praticados ou firmados por um mínimo de 02 (dois) membros da Diretoria, devendo necessariamente um deles, estar no exercício do cargo de Diretor Executivo, ou ainda por procurador ou procuradores nomeados na forma do prevê o presente Estatuto. PARÁGRAFO 2º: A Diretoria, representada por 2 (dois) de seus membros e sendo um deles necessariamente Diretor Executivo, poderá, nos limites de suas atribuições e poderes nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, devendo ser especificado, nos respectivos instrumentos de procuração, os atos e operações que poderão praticar e o respectivo prazo de validade do mandato, que não poderá exceder a um ano, salvo para operações que importarem em responsabilidade para a Sociedade, ou exonerarem terceiros de responsabilidade, que dependerão de prévia autorização em reunião do Conselho de Administração. PARÁGRAFO 3º: Os atos que importarem na alienação ou oneração de bens imóveis e participações societárias de caráter permanente, dependerão de prévia autorização em reunião do Conselho de Administração, com a aprovação da maioria de seus membros. PARÁGRAFO 4º: A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, deliberando validamente desde que presentes mais de metade de seus membros em exercício. ARTIGO 14: É vedado à Sociedade cobrigar-se por aceite, aval, fiança ou qualquer outra modalidade de garantia, excepcionando-se, eventual cobrança decorrente das céses de direitos creditícios oriundos de seus contratos de arrendamento mercantil. Excluem-se também outras obrigações vinculadas a operações firmadas com sociedades de crédito, financiamento e investimento destinadas ao refinanciamento de contratos de arrendamento mercantil. ARTIGO 15: A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral, com observância das disposições legais, cumprindo ao Conselho de Administração, por sua vez, fixar remunerações individuais de seus membros, bem como dos membros da Diretoria, sendo vedado as participações nos lucros. CAPÍTULO IV - Das Assembleias Gerais-ARTIGO 16: A Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Sociedade, os acionistas serão representados na Assembleia Geral por procuradores nomeados por seu conhecimento. ARTIGO 17: Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta por 03 (três) membros, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente ou seu colégio, encarregado de instalar as sessões e manter a ordem do trabalho, objetivando-se, sempre que necessário, a convocação de uma nova Assembleia Geral. ARTIGO 18: Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta por 03 (três) membros, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente ou seu colégio, encarregado de instalar as sessões e manter a ordem do trabalho, objetivando-se, sempre que necessário, a convocação de uma nova Assembleia Geral. ARTIGO 19: O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente, mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem no mínimo 05% (cinco por cento) da votação, e o Conselho Fiscal poderá ser constituído a partir de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 20: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 21: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 22: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 23: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 24: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 25: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 26: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 27: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 28: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 29: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 30: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 31: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 32: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 33: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 34: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 35: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 36: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 37: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 38: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 39: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 40: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 41: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 42: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 43: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 44: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 45: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 46: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 47: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 48: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 49: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 50: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 51: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 52: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 53: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 54: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 55: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 56: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 57: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 58: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 59: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 60: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 61: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 62: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 63: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 64: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 65: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 66: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 67: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 68: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 69: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 70: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 71: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 72: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 73: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 74: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 75: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 76: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 77: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 78: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 79: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 80: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 81: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 82: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 83: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 84: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 85: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 86: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 87: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 88: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 89: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 90: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 91: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 92: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 93: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 94: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 95: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 96: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 97: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 98: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 99: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 100: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 101: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 102: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 103: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 104: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 105: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 106: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 107: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 108: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 109: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 110: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser reeleitos. ARTIGO 111: O Conselho Fiscal compor-se-á de um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros eleitos e, igualmente, a um número de 03 (três) a um máximo de 05 (cinco) membros nomeados, podendo ser re

